

Proletário da Educação

Os conselhos escolares

Para melhorar a educação, é preciso melhorar o conhecimento real da população brasileira quer na grande metrópole, quer nas regiões mais diversas, quer numa sub-área onde ocorrem problemas de uma originalidade especial que também necessita de uma educação especializada para aquelas condições.

Aziz Nacib Ab'saber
Revista Geográfica, 2010

A forma da produção da vida direcionada ao modo de produção remete aos determinantes da educação, da cultura, da ideologia e nível de conhecimento geral dos povos de determinada sociedade.

No modo de produção capitalista, a educação será permeada pelo individualismo, avareza e totalmente divorciada do teorizar/prático. Freqüentar a escola oficial para as crianças e juventude se torna um pesadelo, principalmente em nossa época de aprofundada crise estrutural do regime capitalista em que aos olhos dos teóricos neoliberais e "modernos" a educação deve contrapor a barbárie advinda do esgotamento do modo de produção da vida. Contradição que torna a educação de nossos dias em uma miragem utópica sem precedentes. Para implementar estas utopias numa educação totalmente alheia à realidade, a centralização burocrática e o controle do Estado são indispensáveis.



Proletário da Educação

Os teóricos burgueses da educação bem sabem da desorganização da ordem legal com o aumento da miséria, desemprego e fome e o quanto isto representa em termos de manter as aparências de bons índices de alfabetização e educacionais. A teorização burguesa pode palpar o nível de violência e de desregulamentação da ordem vigente que pode acarretar a crise profunda que se espera no continuar da sociedade capitalista. Tudo está resolvido! Faremos da educação oficial um contraponto à barbárie. Este é o desafio da educação oficial na atualidade, uma educação cidadã, solidária e contínua, do aprender a aprender. Nesta realidade, as deliberações em colegiados como os conselhos de escola se transformam em mera formalidade. Caso se submeta às deliberações, as contradições e as imposições e controle centralizado do Estado se tornarão ainda mais contraditórios e conflitantes.

As necessidades do grande capital e, por sua vez, a do Estado é conter custos sociais de qualquer forma. A precarização dos serviços públicos tem se tomado lei suprema. Na educação, as salas de aula do ensino fundamental, a regra são salas de aulas com até 45 ou 50 alunos; alunos que repetem de ano implicam em custos extras para o Estado; salários e direitos trabalhistas dos professores passaram a ser privilégios. A elaboração pedagógica coletiva e a liberdade de cátedra do professor passaram a ser letra morta com as imposições das cartilhas e das provinhas e provões. A categoria dos professores está sendo submetida à mais violenta opressão categorias F, L e O, e sem esta divisão e submissão, a concorrência advinda dos bônus-mérito e aumento mediante aprovação em exames, o

governo não neutraliza a ação sindical, apesar do inter-relacionamento entre direção sindical e política governamental. Nestas condições, de fato, é impossível o funcionamento regular dos conselhos de escola. Aqui se faz presente e necessário nossa resistência. O nosso desafio é fazer funcionar os conselhos de escola, independentes do Estado. Nestes, se fará toda discussão da política fascista em curso. Com a discussão coletiva dos problemas enfrentados pela educação pública com os professores, estudantes e comunidades (pais), pelo instintivo de classe explorada e oprimida, além de uma boa participação proletária, nos dará as possibilidades da contraposição unitária à política neoliberal de destruição da escola pública.

Assim, apesar do modo de produzir a vida privado, discutiremos a vida da educação pública nos marcos da independência de classe, nos possibilitando um coletivizar do conhecimento e da organização e ação unificada em defesa da educação.

Conquistarmos o bom funcionamento dos conselhos de escola, inclusive se apoiando nas orientações constitucionais e na própria LDB, é uma das únicas medidas para contrapormos a imposição da gestão escolar governamental, ora em curso, direcionada para as escolas públicas do Estado de São Paulo. É a maneira de contrapor as barreiras da cooptação da comunidade pelas mentiras da propaganda governamental e contrapor com o bom funcionamento dos conselhos as orientações pedagógicas e outras várias conquistas por excelência que almejamos.

Municipalização do ensino

O que é municipalização? Significa que o que está sendo administrado pelo Estado passa a ser administrado pelo Município. No nosso caso, as escolas do Estado passam para o Município acordo entre Estado e Município com aprovação de lei na Câmara Municipal em 2008.

O Estado já entregou entre 2009 e 2010 **nove** escolas de 1ª a 4ª série para a Prefeitura de Diadema; para 2011 e 2012 a previsão é de que mais **20** escolas sejam municipalizadas, envolvendo as modalidades de ensino de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª série.

Qual é a obrigação do Estado, por lei? Assumir as escolas com ensino de 1ª a 4ª, 5ª a 8ª série e ensino médio.

Qual é a obrigação do Município, por lei? Assumir as escolas com ensino infantil (Pré) e as creches.

A Prefeitura de Diadema vem assumindo o ensino infantil de 0 a 6 anos? Não. Dados oficiais mostram que há mais de 30 mil crianças à espera de uma vaga em creches e pré-escolas.

Quais as conseqüências para o povo com esse processo de municipalização?

Primeiro: a Prefeitura deixa de lado a sua responsabilidade (creches e pré-escolas) para assumir a responsabilidade que é do Estado (ensino de 1ª a 4ª, 5ª a 8ª e ensino médio).

Segundo: com o repasse financeiro pelo Estado, valor anual mínimo nacional por aluno, definido em R\$ 1.415,97, a qualidade de ensino só tende a piorar.

Terceiro: os jovens e adultos do ensino EJA/Supletivo estão ficando sem escolas para estudar, pois a Prefeitura, junto com o Estado está fechando o período noturno das escolas que estão sendo municipalizadas. Exemplo: **as escolas, Átila, José Martins, Piró (Inamar) e Mário Santalúcia** vão fechar o período da noite, já neste ano.

O que vai acontecer com as escolas Jorge Ferreira, José Mauro, Vila Socialista, Aparecida Donizete e Lydes Raquel, por exemplo, se forem municipalizadas? Vão fechar seus períodos noturnos.

E onde esses alunos vão estudar? Não vão estudar na escola pública ou vão ter que pagar escola particular ou vão fazer a prova do governo para concluir o curso (Exame de certificação do EJA). Este tem sido o papel dos governos: precarizar (piorar, manter aparências, tirar direitos), destruir o ensino público e fazer demagogia com o povo.

E quando a Prefeitura não conseguir assumir de fato as escolas municipalizadas? Terceiriza, privatiza, entrega para as ONGS, igrejas, etc.

Hoje, em Diadema, são inúmeras creches que já não estão mais com a Prefeitura. Isso tem melhorado ou piorado a qualidade do atendimento?

Porque isso vem acontecendo? Porque a Prefeitura não constrói escolas municipais há anos. As salas da pré-escola estão superlotadas com mais de 30 crianças sem nenhum recurso.

Como uma professora pode iniciar o processo de alfabetização a tantas crianças ao mesmo tempo? É totalmente desumano. O número excessivo de crianças por sala precariza as condições de trabalho e ensino-aprendizagem. Essa é uma das razões pelas quais as crianças saem da escola quase que no mesmo nível de aprendizagem que quando entraram, exceto aquelas que os pais conseguem alfabetizar.

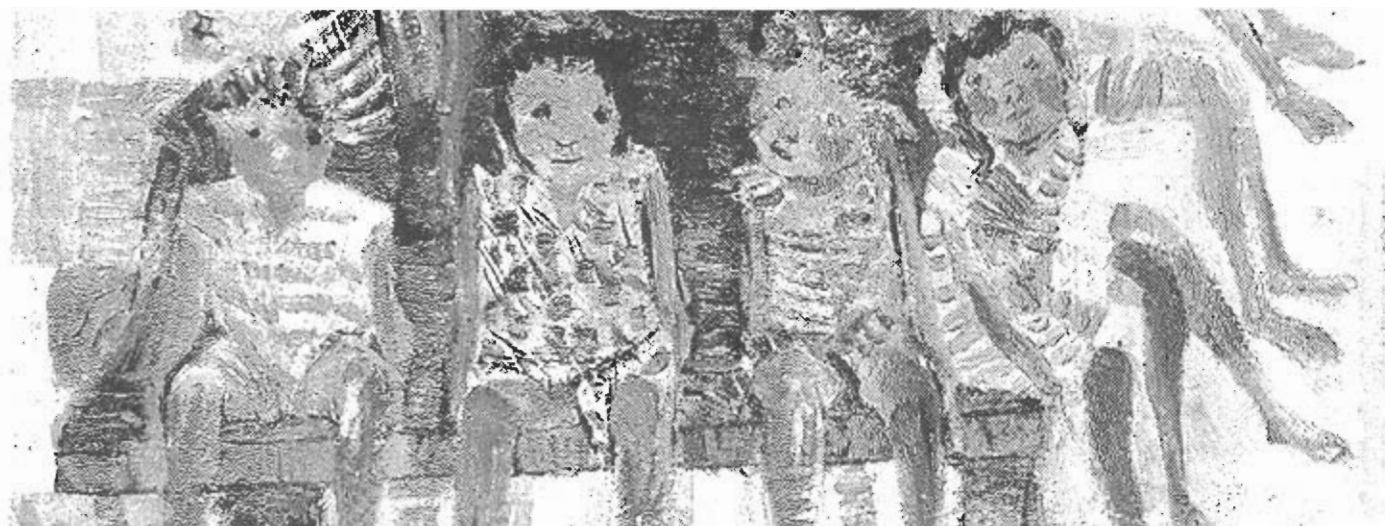
A marca desses governos é piorar as condições de vida dos trabalhadores para ajudar os ricos a ficarem mais ricos.

O conjunto dos trabalhadores não podem se deixar levar pelas falsas propagandas desses políticos eleitores.

Dentro das escolas é prioridade a organização dos estudantes e comunidade em geral nos conselhos de escola, nos planejamentos da escola; organizar e atuar conjuntamente em assembleias para discutir e encaminhar todo tipo de problema referente à escola.

No ensino estadual, as classes do ensino





fundamental de 1ª a 8ª série chegam a ter 50 alunos, um crime contra as crianças e contra os professores. Em uma sala com 40 a 50 alunos no ensino fundamental, mesmo as crianças mais adiantadas não conseguirão evoluir nos estudos.

Sabem para que tudo isto? Para economizar dinheiro com a educação, sobrando para as propagandas, campanhas eleitorais, caixa 2 (corrupção) e obras que aparecem, etc, para render mais votos.

Que será das escolas municipalizadas (obrigação do Estado que tem mais recursos) daqui a 5 ou 10 anos?

Que qualidade de ensino teremos?

Que será do atendimento das Creches e do ensino infantil?

Além destes sérios problemas apontados, vejam o que já ocorreu com as municipalizações da Prefeitura de Diadema.

Em 1987, por pressão do movimento popular, a Prefeitura assumiu o transporte coletivo, tirando-o das mãos das empresas particulares e criando a ETDD pública. Foram tantos os desmandos, roubalheira, que, apesar da passagem ser uma das mais caras do Brasil, a empresa está praticamente falida. No valor de cada passagem paga pelos usuários tem uma porcentagem para pagar e comprar um ônibus novo em cinco anos de uso. Além da Prefeitura não comprar ônibus novos de 5 em 5 anos, deixou uma dívida monstruosa ao ponto do poder judiciário seqüestrar diariamente a receita das passagens em nossos dias. Agora a prefeitura mandou um projeto de Lei para Câmara Municipal privatizando e entregando todas as linhas operadas pela ETCD para o monopólio de transporte, o qual financia grande parte das campanhas eleitorais do partido que está no poder.

Esta façanha de não conseguir levantar uma empresa

de transporte coletivo, mesmo com as passagens caras e de várias subvenções do orçamento público, reflete três vertentes: uma, é certa incompetência aliada à corrupção mesmo, outra é um posicionamento político da defesa dos transportes privados, necessitando assim, de desmoralizar a empresa pública, enaltecendo o particular. Uma terceira vertente é o financiamento das campanhas eleitorais e os caixas-dois: o monopólio dos transportes coletivos são um dos principais financiadores das campanhas para as prefeituras das regiões metropolitanas, em que a demanda de passageiros é acentuada.

Em 17/02/1995, com um forte movimento de ocupação da Sabesp (regional de Diadema), exigindo o barateamento das contas de água e esgoto e melhor prestação dos serviços criados foi criada a Companhia de Saneamento de Diadema SANED, assumindo os serviços de água e esgotos da cidade. Após 10 anos, com a população pagando em dias suas contas de água e esgoto, sendo que os esgotos, apesar de ser cobrado são jogados, até os dias de hoje, nos rios que cortam a cidade e, inclusive, o esgotamento da população do Bairro Eldorado (proteção aos mananciais) foram retirados da bacia Billings e passou a ser bombeado para a bacia hidrografia do alto Tietê, simplesmente. Apesar de receber os valores das contas, não repassou os valores referentes ao tratamento da água e a infraestrutura herdada da SABESP, deixando a empresa criada com uma também monstruosa dívida impagável, obrigando a prefeitura de Diadema a devolver, por enquanto, 50% da empresa e dos serviços de novo para a SABESP.